Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 20, 21 e 22 de novembro de 2021 • Nº 1195 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TERCEIRO TRIMESTRE

Atividade econômica do País cai 0,1%

A atividade econômica no país recuou 0,1% no terceiro trimestre, em relação ao período anterior, mas em setembro teve alta de 0,3%, se comparado a agosto. Frente ao terceiro trimestre do ano passado, a economia brasileira cresceu 4,1%, e 2,4% em setembro, comparado ao mesmo mês em 2020. Em termos monetários, no acumulado do ano até setembro, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) foi estimado, em valores correntes, em R$ 6,338 trilhões. Os dados são do Monitor do Produto Interno Bruto, elaborado pela Fundação Getulio Vargas (Monitor do PIB-FGV), divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação (Ibre/FGV). Na publicação, a FGV destacou a revisão para baixo de 1,4% para 1,2% na taxa de crescimento do PIB de 2019 feita pelo IBGE. PÁGINA 2

COVID-19

Gol começa a demitir funcionários não vacinados

A Gol iniciou agora, em novembro, a demissão de funcionários que não apresentaram certificado de vacinação contra a Covid-19, conforme a companhia havia antecipado que faria, ainda em agosto. Segundo a empresa aérea, a medida se deve a um compromisso com a saúde pública e a proteção de passageiros e da população, em geral. Por meio de nota, a companhia afirmou que mais de 99% de seus colaboradores estão com imunização completa. "Este número revela o claro engajamento do público interno da companhia em uma atitude de cuidado com a própria saúde, de seus familiares, colegas de trabalho, clientes e de toda a sociedade." PÁGINA 3

CARA DO GOVERNO

TCU investigará anomalia no Enem e interferência no Inep

ABRASIL

O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu um processo para investigar supostas irregularidades na organização do Enem em 2021; fragilidade técnica e administrativa na preparação das provas; e interferências na gestão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pelo exame. O órgão, vinculado ao MEC (Ministério da Educação), passa por uma crise na véspera da aplicação do Enem. Uma debandada de servidores esvaziou postos-chave do Inep. Eles apontam assédio moral por parte da presidência do órgão. Além disso, há suspeitas de interferência direta do governo Jair Bolsonaro (**foto**) no conteúdo das provas. O presidente chegou a afirmar que, agora, as provas começam a ter a "cara do governo".

Oposição quer investigar Dupas por 'visita' de PF à sala segura

Os líderes dos partidos de oposição ao governo acionaram o Ministério Público Federal para que Danilo Dupas, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), seja investigado por possível improbidade ao colocar sob sigilo as informações sobre a visita de um policial federal à sala segura do órgão. Dupas tornou secreto o processo interno sobre o documento no qual há a permissão para a entrada de um policial federal na sala onde exames como o Enem são elaborados. PÁGINA 5

PORTOS

Governo concede terminais por R$ 578 mi

Sem concorrência, a Petrobras venceu licitação nesta sexta-feira para a concessão de área que em que já opera um terminal de recebimento e armazenamento de combustíveis no porto de Santos. A estatal pagará ao governo R$ 558,2 milhões para ocupar o espaço por mais 25 anos. No mesmo leilão e também sem disputa, o governo concedeu a Fertilizantes Santa Catarina um outro terminal de armazenamento de combustíveis no porto de Imbituba, no litoral catarinense. A empresa se comprometeu a pagar R$ 200 mil pela concessão. O leilão era celebrado pelo Ministério da Infraestrutura como "o maior leilão portuário da história". O plano inicial era conceder três áreas, mas uma delas, também em Santos, não teve propostas. PÁGINA 2

BLOCO ARAM

DIVULGAÇÃO

Petrobras encontra petróleo em poço na Bacia de Santos

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira ter identificado a presença de petróleo em um poço do bloco Aram, na camada pré-sal da Bacia da Santos. Nomeado de Curaçao, o poço está localizado há 240 quilômetros da costa da cidade de Santos, em uma profundidade d'água de 1.905 metros. "O intervalo portador de petróleo foi constatado por meio de perfis elétricos e amostras de fluido, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório. Esses dados permitirão avaliar o potencial e direcionar as próximas atividades exploratórias na área", informou em nota a estatal. A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar marítima que se estende desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,59% / 103.035,02 / 609,02 / Volume: 41.351.927.917 / Quantidade: 3.736.918

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	21.39	+7.98	+1.58
TELEF BRASILON	53.00	+6.81	+3.38
TIM ON NM	13.48	+5.15	+0.66
BANCO INTER UNT N2	40.81	+4.78	+1.86
GRUPO SOMA ON NM	15.27	+4.95	+0.72

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MELIUZ ON NM	3.97	–3.17	–0.13
LOCAWEB ON NM	15.05	–4.26	–0.67
PETRORIO ON NM	21.46	–2.63	–0.58
SUL AMERICA UNT N2	27.60	–3.40	–0.97
YDUQS PART ON NM	22.40	–2.44	–0.56

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	26.10	–1.66	–0.44
VALE ON NM	64.03	+2.73	+1.70
MAGAZ LUIZA ON NM	9.27	+3.11	+0.28
BRADESCO PN N1	20.53	–0.10	–0.02
ITAUUNIBANCOPN N1	22.28	–0.85	–0.19

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	35.601,98	-0,75
NASDAQ Composite	16.057,437	+0,40
Euro STOXX 50	4.361,33	-0,51
CAC 40	7.112,29	-0,42
FTSE 100	7.223,57	-0,45
DAX	16.159,97	-0,38

Salário mínimo	R$ 1.100,00	IGP-M	0,64% (out.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	1,25% (out.)	Compra: 6,4105	Venda: 6,5905
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(27/10)	7,75%	0,38	até o dia 19/nov	Compra: 5,5578	Venda: 5,5584
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(20/11)	0,44%	BM&F/grama	R$ 332,40	Compra: 5,6074	Venda: 5,6080
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(29/8/2017)	0,0098	Compra: 6,3294	Venda: 6,3300	Compra: 5,6387	Venda: 5,8187

DocuSigned by:
AUTÊNTICO Diário do Acionista
6BF767B5695F4B6...

20-nov-21 | 5:03 AM BRT

DS
AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS

Vale e teles levantam Bolsa no dia, mas na semana cai mais de 3%

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 0,59% nesta sexta-feira, a 103.035 pontos, interrompendo uma série de quatro quedas consecutivas. Nesta semana, porém, o índice recuou 3,03%. A queda acumulada no ano é de 13,42%.

O dólar subiu 0,73%, a R$ 5,6100, refletindo a expectativa de investidores com a possibilidade de aumento dos juros nos Estados Unidos.

O mercado de ações foi puxado por Vale e siderúrgicas, na esteira do avanço do minério de ferro, e por empresas de telecomunicação, após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) favorável ao setor.

As ações da Telefônica Brasil e da TIM subiram nesta sexta, após ministros do STF formarem maioria pela redução do ICMS para serviços de telecomunicações em Santa Catarina, em decisão que poderá ser aplicada a todo o país.

Investidores seguiram acompanhando o desenrolar em torno da PEC dos Precatórios, mas a falta de notícias relevantes sobre o tema deu espaço para a leve recuperação dos negócios.

O dólar subiu pelo quinto pregão consecutivo nesta sexta-feira, puxado pela força da moeda no exterior em meio a discussões sobre chances de aperto monetário antecipado nos Estados Unidos.

A valorização na semana foi de 2,78%. No ano, a moeda americana acumula ganhos de 8,11% em relação ao real.

QUASE 10 ANOS

Número de brasileiros com renda do trabalho cai ao menor patamar

Sob efeito da crise gerada pela Covid-19, o percentual de brasileiros com renda do trabalho caiu em 2020 para o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012. O resultado foi divulgado nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Conforme o instituto, o número de pessoas que possuíam rendimento do trabalho recuou em 2020 para 84,7 milhões no país. A quantia foi equivalente a 40,1% da população residente.

O percentual é o mais baixo desde o começo da série com recorte anual. Em 2019, período pré-pandemia, a marca havia sido de 44,3% (ou 92,8 milhões).

Os dados integram a pesquisa Pnad Contínua 2020: Rendimento de todas as fontes.

O levantamento analisa recursos obtidos pela população a partir de diferentes meios - atividades profissionais, programas e benefícios sociais, entre outros.

Segundo o IBGE, o quadro de 2020 reflete os estragos da pandemia no mercado de trabalho. Isso ocorreu porque a chegada do coronavírus, no primeiro trimestre do ano passado, forçou restrições a atividades econômicas em estados e municípios.

A paralisação de negócios fez trabalhadores perderem renda com suas atividades, de caráter formal ou informal.

Diante das dificuldades impostas pela Covid-19, mais pessoas passaram a depender de programas de transferência de renda, como o auxílio emergencial. Os números do IBGE também ilustram esse quadro.

Em 2020, o percentual de brasileiros com rendimento de outras fontes subiu para 28,3% (59,7 milhões). É a maior taxa da série histórica. Em 2019, o percentual era de 23,6% (49,5 milhões). O rendimento de outras fontes é caracterizado por contemplar diferentes tipos de recursos. Em 2020, os principais foram aqueles descritos como outros rendimentos, que incluem os programas sociais como o auxílio emergencial, do governo federal, além de iniciativas lançadas por prefeituras ou municípios.

As outras fontes também englobam aposentadorias e pensões. Entre 2012 e 2019, elas tinham o maior peso entre os componentes das outras fontes, mas foram ultrapassadas pelos outros rendimentos em 2020. O auxílio emergencial ajuda a explicar isso.

"O mercado de trabalho teve problemas no ano passado. O colchão criado pelo auxílio emergencial segurou um pouco a renda. Aumentou o peso das outras fontes", explicou Alessandra Brito, analista do IBGE.

NORDESTE

A Pnad ainda traz o recorte das cinco grandes regiões brasileiras. O Nordeste é a única onde o percentual da população com rendimento de outras fontes superou o da renda do trabalho. Segundo o IBGE, essa situação também reflete o grande peso que programas como o auxílio emergencial tiveram no ano passado.

No Nordeste, o percentual da população com rendimentos de outras fontes subiu para 32,8% em 2020. Trata-se do maior do país. Enquanto isso, o percentual da população nordestina com renda do trabalho recuou para 32,3%. É o mais baixo do Brasil.

"O Nordeste foi a primeira grande região do país, em toda a série da Pnad Contínua, a registrar um percentual de pessoas com rendimento de trabalho (32,3%) inferior ao das pessoas que recebiam rendimento de outras fontes (32,8%)", afirma o IBGE. O Sul, por outro lado, voltou a registrar, em 2020, a maior parcela da população com ganhos a partir de atividades profissionais. O percentual de pessoas com renda do trabalho foi de 46% na região. Já o de outras fontes foi estimado no Sul em 26,8%. No Sudeste, o percentual da população com renda do trabalho foi de 43,3%. Já o de outras fontes chegou a 27,2%.

O Centro-Oeste, por sua vez, teve percentual de 44,1% em relação à renda do trabalho.

FGV

Atividade econômica recua 0,1% no terceiro trimestre

A atividade econômica no país recuou 0,1% no terceiro trimestre, em relação ao período anterior, mas em setembro teve alta de 0,3%, se comparado a agosto. Frente ao terceiro trimestre do ano passado, a economia brasileira cresceu 4,1%, e 2,4% em setembro, comparado ao mesmo mês em 2020. Em termos monetários, no acumulado do ano até setembro, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) foi estimado, em valores correntes, em R$ 6,338 trilhões.

Os dados são do Monitor do Produto Interno Bruto, elaborado pela Fundação Getulio Vargas (Monitor do PIB-FGV), divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação (Ibre/FGV).

Na publicação, a FGV destacou a revisão para baixo de 1,4% para 1,2% na taxa de crescimento do PIB de 2019 feita pelo IBGE. Pelos cálculos do monitor, na próxima divulgação das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) o IBGE vai fazer a revisão da taxa de crescimento do PIB em 2020 da queda de 4,1% para 4,2%.

Para o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Cláudio Considera, a economia brasileira reverteu a trajetória de recuperação que havia sido observada no terceiro e quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano, comparativamente aos trimestres imediatamente anteriores.

"No segundo e terceiro trimestres deste ano ocorreram duas taxas negativas de 0,1% em comparação aos trimestres imediatamente anteriores. Por sua vez, a taxa acumulada em 12 meses, até setembro, foi de apenas 3,7%. A exceção da extrativa mineral e a administração pública, todas as demais taxas acumuladas em 12 meses, foram positivas", explicou.

Nesta comparação, o economista destacou a taxa do setor de serviços, que havia sofrido quedas mensais contínuas e elevadas desde abril do ano passado até maio deste ano. Agora, registra taxas acumuladas em 12 meses positivas e crescentes desde junho, com a taxa até setembro sendo de 3%.

"No setor de serviços tem relevância a atividade de outros serviços, que representa cerca de 15% do PIB, que chegou a ter taxa mensal negativa de 22,7% e que apresentou taxas positivas elevadas a partir de abril deste ano", disse, acrescentando que o desempenho se deve à maior abrangência da vacinação.

"Possibilitou a maior interação entre as pessoas com idas a hotéis, bares, restaurantes, viagens etc. Isso é compatível com o consumo de serviços por parte das famílias que neste trimestre cresceu 8,9%, enquanto o de bens, à exceção de semiduráveis (vestuário e calçados), reduziu-se", disse.

Por causa da influência da pandemia da Covid-19 nos fatores sazonais de 2020, que podem não estar realmente relacionados à sazonalidade, a edição do Monitor do PIB-FGV relativo a setembro incluiu um exercício adicional com relação a série com ajuste sazonal.

Conforme a FGV, esses impactos estão sendo analisados por alguns institutos de estatística internacionais e, por isso, além do ajuste sazonal habitual, que compreende o período de janeiro de 2000 a setembro de 2021, adicionalmente foi feito "o ajuste sazonal para 2020 e 2021, considerando os fatores sazonais referentes a 2019 e o fator calendário corrente".

O Monitor do PIB informa que se forem utilizados os fatores sazonais da série do PIB do período de 2000 até 2019, os resultados apontam para a taxa de variação no terceiro trimestre de 2021 de 2,2%, superior à queda de 0,1%, caso seja considerado todo período de 2000 até setembro de 2021.

"A taxa de variação de setembro de 2021 seria de 1,2% superior à de 0,3% observada considerando todo o período de 2000 até setembro de 2021. Esses resultados sugerem que as taxas ajustadas sazonalmente devem ser analisadas com cautela pois a pandemia pode ter influenciado os fatores sazonais por razões econômicas e estatísticas", alertou.

O consumo das famílias subiu 4,4% no terceiro trimestre em relação a igual período do ano passado. O crescimento de serviços (8,9%) influenciou o resultado. Mas, o componente de produtos duráveis teve a primeira queda em doze meses (1,7%). Já na série com ajuste sazonal, o consumo das famílias cresceu 0,7% em comparação ao trimestre anterior.

A FBCF, que representa os investimentos, avançou 11,8% entre julho e setembro de 2021, se comparado ao mesmo período do ano passado. Todos os componentes continuaram com a trajetória de crescimento, embora o de máquinas e equipamentos tenha reduzido o crescimento, cujo pico foi registrado em maio deste ano. "Na série ajustada sazonalmente a formação bruta de capital fixo apresentou retração (4,9%) no 3º trimestre em comparação ao 2º trimestre", aponta o relatório.

A exportação teve alta de 0,8% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento elevado do setor de serviços (32,5%) foi destaque, mas em movimento contrário houve queda relevante dos produtos agropecuários (15,6%) e da extrativa mineral (7,2%). Na série dessazonalizada a exportação registrou recuo de 13% entre julho e setembro em comparação ao trimestre anterior.

A importação também anotou evolução. O crescimento no terceiro trimestre ficou em 28,5%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Todos os componentes da importação registraram crescimento, com destaque para bens intermediários (32,4%) e extrativa mineral (71,4%).

PORTOS

Governo concede terminais em SP e SC por R$ 578 mi

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

Sem concorrência, a Petrobras venceu licitação nesta sexta-feira para a concessão de área que em que já opera um terminal de recebimento e armazenamento de combustíveis no porto de Santos. A estatal pagará ao governo R$ 558,2 milhões para ocupar o espaço por mais 25 anos.

No mesmo leilão e também sem disputa, o governo concedeu a Fertilizantes Santa Catarina um outro terminal de armazenamento de combustíveis no porto de Imbituba, no litoral catarinense. A empresa se comprometeu a pagar R$ 200 mil pela concessão.

O leilão era celebrado pelo Ministério da Infraestrutura como "o maior leilão portuário da história". O plano inicial era conceder três áreas, mas uma delas, também em Santos, não teve propostas. As duas áreas concedidas têm investimentos obrigatórios de R$ 700 milhões.

Nos dois casos, o valor mínimo de oferta era R$ 1. Questionada sobre o elevado valor oferecido, a gerente executiva de Desenvolvimento em Negócios de Logística da Petrobras, Andrea Damiani, disse que o terminal é importante para garantir a operação das quatro refinarias paulistas da estatal.

"Sem essa infraestrutura, nossa produção no estado de São Paulo pode ficar comprometida. Então, o ativo tem um valor para a Petrobras diferente do valor que tem para outros players", afirmou a executiva. "Não pagamos valor excessivo, pagamos o valor adequado para garantir a operação da Petrobras."

O terminal é operado pela Transpetro, a subsidiária da estatal para a área de transportes. Vinha operando de forma precária, com um contrato que precisava ser renovado a cada seis meses. Segundo Damiani, a vitória da estatal "encerra capítulo muito complexo" na logística da companhia.

"Agora temos 25 anos de estabilidade jurídica para continuar atendendo nossos clientes", afirmou. O investimento previsto em contrato, de R$ 678 milhões, será destinado à construção de dois novos berços de atracação de navios e ampliação da capacidade de armazenamento de combustíveis.

Segundo o diretor-presidente da SPA (Santos Port Authority), Fernando Biral, a nova concessão vai resolver gargalos no sistema de movimentação de combustíveis do porto. "O processo resolveu problemas que temos há mais de uma década", disse.

A outorga paga pelos vencedores do leilão será destinada à autoridade portuária para investimentos. O governo pretende privatizar o porto de Santos em 2022, em um contrato que prevê R$ 16 bilhões em aportes em melhoria da infraestrutura e modernização.

Em 2021, o governo já concedeu 12 terminais portuários, com investimentos previstos em R$ 1,7 bilhão. Desde 2019, diz o secretário nacional de Portos, Diogo Pilone, foram 33 terminais arrendados. "Isso mostra que é uma agenda de Estado", afirmou.

Em discurso após o leilão, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas disse que o valor das outorgas não é importante nesses leilões, mas sim os investimentos na modernização da infraestrutura logística.

"Aquela ideia que se tinha de um setor portuário ineficiente, de gargalos, de um nó na nossa infraestrutura está ficando para trás", afirmou, ressaltando que a partir de agora, o governo começa também a conceder a administração dos portos, não só dos terminais.

No primeiro trimestre de 2022, estão previstas as licitações para a venda das companhias que administram os portos do Espírito Santo e de Santos. A privatização de Santos, diz Freitas, abrirá caminho para outras privatizações de portos, como São Sebastião (SP) e Itajaí (SC).

"Vai acontecer no setor portuário a mesma coisa que aconteceu no setor aéreo anos atrás", comentou, citando a concessão dos aeroportos antes operados pela Infraero.

SERASA

Feirão Limpa Nome começa na próxima terça-feira

De 23 a 27 de novembro, seis capitais do país irão participar da 26ª edição do Feirão Serasa Limpa Nome possibilitar a renegociação de dívidas com descontos que podem chegar a até 99%. No estado de São Paulo, a tenda estará localizada no Largo da Batata, em Pinheiros (zona oeste). O atendimento será feito das 8h às 20h. De acordo com a Serasa, o último levantamento feito pela empresa, em outubro, mostra que a região Sudeste possui mais de 28,5 milhões de inadimplentes e, em São Paulo, são mais de 15 milhões de brasileiros que enfrentam dificuldades para conseguir crédito.

"As tendas físicas em seis regiões possibilitam que mais brasileiros sejam beneficiados pela ação e que possamos assim democratizar as condições do feirão para pessoas que encontram dificuldades para fechar o acordo de forma digital ou que preferem renegociar presencialmente", afirma Nathalia Dirani, gerente de marketing da Serasa.

Durante o atendimento, os consumidores também poderão baixar o aplicativo do Serasa e receber o "auxílio dívida", que pagará R$ 50 na carteira digital da Serasa para qualquer pessoa que negociar e pagar à vista acordos a partir de R$200, seja em uma ou várias dívidas somadas.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

DocuSigned by: Autêntico Diário do Acionista 6BF767B5695F4B6...
20-nov-21 | 5:03 AM BRT
DS AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariodoacionista.com.br

BLOCO ARAM

Petrobras encontra petróleo em poço na Bacia de Santos

A Petrobras anunciou nesta sexta-feira ter identificado a presença de petróleo em um poço do bloco Aram, na camada pré-sal da Bacia da Santos. Nomeado de Curaçao, o poço está localizado há 240 quilômetros da costa da cidade de Santos, em uma profundidade d'água de 1.905 metros.

"O intervalo portador de petróleo foi constatado por meio de perfis elétricos e amostras de fluido, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório. Esses dados permitirão avaliar o potencial e direcionar as próximas atividades exploratórias na área", informou em nota a estatal.

A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar marítima que se estende desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina. Nessa área, estão localizados diferentes campos com importantes reservas na camada pré-sal.

O bloco Aram é explorado por meio de um consórcio no qual a Petrobras detém 80% de participação e a chinesa CNODC responde pelos outros 20%. Ele foi adquirido sob o regime de partilha em março de 2020, na 6ª rodada de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com a Petrobras, o consórcio irá continuar as operações para concluir o projeto de perfuração do poço Curaçao, o que permitirá verificar a extensão da nova descoberta e caracterizar as condições dos reservatórios encontrados. Segundo a estatal, a descoberta mostra o sucesso da estratégia adotada, fortemente baseada em inovações tecnológicas e com a máxima utilização dos dados processados e em tempo real, o que permite a tomada de decisões de forma ágil e segura.

IBGE

Financiamento do governo geral atingiu R$ 903 bilhões em 2020

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Em 2020, as finanças públicas sofreram influência da pandemia da Covid-19 e das medidas adotadas pelos governos para seu enfrentamento. A necessidade de financiamento líquida do governo geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas reverteu a trajetória de queda do ano anterior, chegando a R$ 903 bilhões. Esse resultado reflete a queda de 6,5% da receita total frente a alta de 9,3% dos gastos das três esferas de governo em relação a 2019.

As informações constam das Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2020, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os benefícios sociais foram a categoria com maior impacto sobre o volume total de gastos, registrando crescimento de 30,8%, uma vez que concentraram parte expressiva dos recursos destinados ao enfrentamento da crise da pandemia.

Na Conta Intermediária de Governo, os benefícios de assistência social – que incorporam o auxílio emergencial e o benefício do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - cresceram 324,2%, passando de R$ 97,8 bilhões, em 2019 para R$ 415 bilhões em 2020.

Os benefícios da seguridade social, que englobam, principalmente, os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cresceram 7,2%, enquanto os outros benefícios de seguro social subiram 6,9%.

INVESTIMENTOS

A formação bruta de capital fixo, que são os investimentos, reverteu a queda observada em 2019 e subiu 21,3%, indo de R$ 92,9 bilhões para R$ 112,6 bilhões no ano passado.

Os governos municipais aceleraram os investimentos que, no ano anterior, já haviam crescido 28,3% e ampliaram essa alta para 44,3% em 2020. Na mesma direção, os governos estaduais apresentaram elevação de 8,6%, em contraste com a queda 24,8% observada no exercício anterior. Em contraposição aos demais níveis, o governo federal voltou a registrar queda nos investimentos em 2020, que foram reduzidos em 3%, frente a uma queda de 5% em 2019.

RECEITAS E IMPOSTOS

O comportamento da receita se deveu, em grande parte, aos efeitos compostos da queda de 1,8% das receitas de impostos e o decréscimo de 29,7% das outras receitas. As principais variações negativas se concentraram nos impostos mais diretamente relacionados à atividade econômica, como os impostos sobre bens e serviços, com queda de 2,8%, os impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (1,7%) e as contribuições sociais (1,5%).

Em contraposição, impostos sobre o comércio e transações internacionais (6,5%) e sobre a propriedade (3,3%) compensaram parcialmente as quedas das demais categorias. A elevação dos impostos sobre o comércio e transações internacionais está relacionada à desvalorização da taxa de câmbio do período (30,8%), mesmo com a redução no valor em dólar das importações.

"Dentre os impostos sobre bens e serviços, destaca-se o efeito negativo dos impostos sobre transações financeiras e de capital, com queda de 46,4%, resultado explicado, em grande parte, pela instituição da alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações de crédito entre 03/04/2020 e 26/11/2020 e entre 15/12/2020 e 31/12/2020, como parte das medidas de enfrentamento da crise", informou o IBGE.

Entre outras fontes com contribuição relevante para as receitas totais e influência na sua redução, destacaram-se as rendas patrimoniais, que recuaram 43,2% no período. Esse resultado se deveu ao decréscimo das receitas com juros (28,2%), à redução da arrecadação de dividendos (56,1%) e à arrecadação das concessões de ativos não produzidos (58,2%).

Segundo o levantamento, essas reduções se associam a eventos de 2019 que não se repetiram em 2020, como as receitas do leilão de excedente de cessão onerosa de petróleo e a ampliação da distribuição de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) naquele ano.

REMUNERAÇÕES

Nas Estatísticas de Finanças Públicas, alguns dos principais componentes dos gastos apresentaram elevação, contribuindo para o aumento da necessidade de financiamento líquida. As remunerações, embora tenham desacelerado ante o ano anterior, mantiveram elevação (1,7%), afetadas, principalmente, pela esfera municipal. As despesas com bens e serviços também cresceram (2,6%). Já as despesas com juros e subsídios caíram 17,6% e 25,3%, respectivamente.

SPU

Governo realiza feirão para venda de 139 imóveis em Minas Gerais

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

ABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia realizou nesta sexta-feira mais uma edição do Feirão de Imóveis SPU+, em Belo Horizonte. Foram ofertados à iniciativa privada 139 imóveis, que estão aptos a receber proposta de aquisição.

O novo modelo permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, apresente propostas de compra de imóveis da União, antes de serem ofertados oficialmente em edital. Toda a lista de imóveis está publicada na página da SPU. Assim, o governo consegue otimizar os ativos que serão colocados a venda, de acordo com a atração do mercado.

A previsão do governo é que os leilões dos imóveis apresentados nesta sexta-feira ocorram em março de 2022. Além de Minas Gerais, a SPU já realizou feirões no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mais dois estão previstos até o fim do ano, no dia 3 de dezembro em Porto Alegre e, no dia 15, em Brasília.

"O que temos buscado é diminuir o estoque de áreas da União, que por vezes ficam abandonadas. Vamos continuar ofertando mesmo aqueles ativos que não tiveram propostas. O mercado se interessa por aqueles mais atrativos, mas, uma vez vendidos, vai para os seguintes. O mais importante foi criar o modelo", disse à *Agência Brasil* o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord (**foto**).

Ele explicou que, antes do mecanismo de proposta antecipada, cada R$ 1 em editais virava R$ 0,03 em vendas; com a proposta de aquisição de imóveis, cada R$ 1 em edital se transformou em R$ 1,6 em vendas.

Dos 139 ativos selecionados para o feirão desta sexta-feira, 122 são da própria SPU e 17, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). São terrenos, galpões, fazendas e pátios ferroviários. Os destaques são áreas no bairro Belvedere, na capital mineira, e em Nova Lima, município na região metropolitana, que, juntas, já receberam 38 propostas de compra do mercado imobiliário.

Em Minas Gerais, há quase mil imóveis sob gestão da SPU. Desde a regulamentação do mecanismo da PAI, mais de 200 propostas foram apresentadas no estado.

ENVIO DE PROPOSTAS

A proposta de aquisição de imóveis foi criada pela Lei 14.011/20. Os interessados em qualquer imóvel da União podem fazer ofertas de forma totalmente online por meio da plataforma VendasGov.

Caso a proposta seja aceita, o interessado será orientado a providenciar um laudo de avaliação do ativo e apresentá-lo para homologação dentro do prazo estabelecido, com o pagamento da caução, equivalente a 5% do valor de avaliação do imóvel. Em seguida, é aberta uma concorrência pública, em que qualquer interessado poderá fazer ofertas na plataforma de vendas.

A vantagem é que o proponente que enviou a PAI, providenciou a avaliação e a homologou na SPU terá direito de preferência na concorrência pública. Ou seja, caso não apresente a proposta de maior valor no dia da licitação, poderá adquirir o imóvel em condições de igualdade com o licitante que fez a maior oferta. Se preferir não exercer esse direito, além da devolução da caução, o interessado será reembolsado dos custos de avaliação diretamente pelo ganhador da licitação.

O secretário Mac Cord destacou que, nesse sentido, o próprio mercado acaba regulando o valor do imóvel, caso o laudo apresentado esteja abaixo do valor de mercado. "Por isso, é importante a transparência e competição. Uma vez dando publicidade, o mercado sempre vai ajustar o preço", disse Mac Cord, explicando que o ágio médio (valor acima do previsto) é 60% nesses leilões.

COVID-19

Gol começa a demitir funcionários não vacinados

DOUGLAS GAVRAS/FOLHAPRESS

A Gol iniciou agora, em novembro, a demissão de funcionários que não apresentaram certificado de vacinação contra a Covid-19, conforme a companhia havia antecipado que faria, ainda em agosto.

Segundo a empresa aérea, a medida se deve a um compromisso com a saúde pública e a proteção de passageiros e da população, em geral.

Por meio de nota, a companhia afirmou que mais de 99% de seus colaboradores estão com imunização completa. "Este número revela o claro engajamento do público interno da companhia em uma atitude de cuidado com a própria saúde, de seus familiares, colegas de trabalho, clientes e de toda a sociedade."

Ainda segundo a Gol, a criação do requisito de vacinação para os funcionários faz parte do reforço aos demais protocolos de segurança adotado pela empresa desde o início da pandemia.

"Estamos também atentos ao novo calendário do Ministério da Saúde de aplicação de doses de reforço para a população adulta já vacinada, incentivando nossos colaboradores a seguirem as recomendações dos órgãos competentes para caminharem conosco nesta retomada ainda mais protegidos e saudáveis", diz a Gol.

A empresa não divulgou o número de funcionários demitidos e nem suas áreas de atuação. Segundo uma fonte, até 160 funcionários poderiam ser atingidos pela decisão.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Aeronautas (que representa os tripulantes) e o Saesp (Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo), que representa os trabalhadores dos serviços terrestres, a empresa ainda não havia comunicado as entidades sobre as demissões.

"O sindicato é contra a demissão por justa causa, como a empresa pretende fazer. Mesmo sabendo que demitir faz parte do poder diretivo da empresa, achamos coerente que elas sejam efetuadas com o pagamento de todas as verbas, inclusive a multa de 40% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)", diz Claudio de Carvalho, presidente do Saesp.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas, todos os tripulantes da Gol possuem estabilidade de emprego até 31 de dezembro, por conta de um acordo coletivo de trabalho firmado pela empresa.

Em um vídeo que circulou por grupos de WhatsAppem em outubro, supostos funcionários da Gol protestaram contra a decisão da empresa de demitir os não vacinados.

SOUTH AMERICAN COPACABANA HOTEL LTDA
CNPJ: 30.148.233/0001-05
CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os sócios cotistas, nos termos do Art. 1071 – I e II – do CCB, a comparecerem à Assembleia de Sócios na sede da empresa na Rua Francisco Sá 90 – Rio de Janeiro – RJ, no dia 08/12/2021, às 15:00 h, em 1ª convocação e às 15:30 h em 2ª e última convocação, para Aprovação das Contas da Administração, em 2020/2021 e eleição de administradores para 2021/2022.

CONSÓRCIO ÂNIMA ASPEC DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Constituição e Regulamento de Consórcio Entre Empregadores-Instituições do Mesmo Grupo Educacional
CERTIDÃO: Certifico que o presente documento foi Registrado Eletronicamente sob nº de controle: 71876E526D7726132CC5FBB30E89FEABEA470A2F38DC721FADFFA2E196685B13 no 2º RTD Prot.: 1136314 Selo: EDJT46720-EBD - Dt. Reg.: 08/10/2021 e está em conformidade com a Lei 6.015/1973 e Medida Provisória 2.200/2001 e que esta evidência transcreve as informações de tal registro. O Oficial. Poder Judiciário – TJERJ - Corregedoria Geral de Justiça Selo de Fiscalização Eletrônico EDJT46720-EBD. Consulte a validade do selo em: https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico. **2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.** Cód. TJ: 0748 - RIO DE JANEIRO. Documento apresentado hoje e registrado sob nº de protocolo 1136314. RIO DE JANEIRO - 08/10/2021

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.
NIRE: 33.3.0029958-1 - CNPJ: 14.287.378/0001-22
Edital de Segunda Convocação Para Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os Srs. acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Cia., para se reunirem em AGE ("Assembleia"), a realizar-se em 2ª convocação, no dia 24/11/2021 às 10:00hs, na sede social da Cia., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), para deliberar sobre a alteração do endereço de sede da Companhia e consolidação do Estatuto Social. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Cia. em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. RJ, 19/11/2021. Norberto Aguiar Tomaz. Diretor Presidente.

LIGAFUTEBOL S.A.
NIRE: 33.3.0016630-1 - CNPJ: 02.217.325/0001-56
Edital de Segunda Convocação Para Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os Srs. acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Cia., para se reunirem em AGE ("Assembleia"), a realizar-se em 2ª convocação, no dia 24/11/2021 às 09:30hs, na sede social da Cia., localizada na Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), para deliberar sobre a alteração do endereço de sede da Cia. e consolidação do Estatuto Social. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Cia. em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. RJ, 19/11/2021. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Diretora Presidente.

Viçosa RJ Participações S.A.
CNPJ/ME nº 20.631.593/0001-00 – NIRE 33.300.312.731
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os acionistas da **Viçosa RJ Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Rua da Alfandega, nº 91, sala 501, Centro, CNPJ/ME nº 20.631.593/0001-00 (a "Companhia") convocados a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada no dia 29/11/2021, às 17:00 horas, a ser realizada de **forma exclusivamente presencial (tradicional)**, na forma da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril 2020: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020; e ii) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: i) Orientar e definir o voto a ser proferido pela Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da sua subsidiária integral — *i.e.*, Sacele RJ Participações S.A. (CNPJ/ME sob o nº 18.063.930/0001-50) ("Sacele"), no que diz respeito ao seguinte item da ordem do dia: a deliberação sobre o imóvel que será dado em pagamento para satisfazer a obrigação do Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, celebrado entre a Sacele, na qualidade de contratante, e Wilson Carvalho e Advogados Associados Ltda., na qualidade de contratado, na data de 20/01/2020 ("Contrato"), conforme previsão do item 2.2 do Contrato; e ii) Orientar e definir o voto a ser proferido pela Companhia na Assembleia Geral Ordinária da sua subsidiária integral Sacele, no que diz respeito aos seguintes itens da ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020; e (b) fixar o montante global anual da remuneração da administração da Sacele; Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, os documentos relacionados a este Edital de Convocação. A Companhia esclarece ainda que para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia além do documento de identidade: (i) o documento comprobatório de sua condição de acionista, contendo a respectiva participação acionária, (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, caso o acionista se faça representar por procurador, e (iii) no caso de acionistas pessoa jurídica, deverão igualmente ser apresentados os documentos de representação pertinentes. Rio de Janeiro, 18/11/2021. **Viçosa RJ Participações S.A.,** Sergio Fonseca Poppe de Figueiredo – Diretor Presidente. (18, 19 e 22/11/2021)

DocuSigned by: AUTÊNTICO Diário do Acionista 6BF767B5695F4B6...

20-nov-21 | 5:03 AM BRT

DS AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariodoacionista.com.br

PRIMAVERA: Céu nublado com possibilidade de garoa o dia todo. À noite as nuvens diminuem. Manhã Tarde Noite 20º 15º 40% 05:13 18:32

ITAPETININGA

Polícia Rodoviária apreende R$ 242,179 mil em caminhão

A Polícia Militar apreendeu na quinta-feira mais de R$ 240 mil em espécie, sem comprovação de origem, em um caminhão, em Itapetininga, na região de Sorocaba, interior de São Paulo.

A abordagem aconteceu na rodovia Francisco da Silva Pontes e o nervosismo apresentado pelo motorista levantou suspeita dos policiais militares do 5º Batalhão de Polícia Rodoviária.

Após revistar o veículo foram encontrados no interior da cabine, embaixo de uma cama, R$ 242.179. Também havia dinheiro no compartimento do motor de refrigeração.

Questionado, o homem não deu esclarecimentos sobre a origem da quantia, alegando que tinha sido contratado para transportar o dinheiro até a cidade de Curitiba, no estado do Paraná.

Todo o valor em espécie foi apreendido e o homem conduzido até a Delegacia Seccional do município, onde o caso foi registrado como localização e apreensão de objeto e posteriormente encaminhado para o 2º Distrito Policial da cidade para investigação. O motorista foi liberado.

AÇÃO NA JUSTIÇA

PSOL pede suspensão de reforma da previdência

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O diretório estadual do PSOL entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça de São Paulo contra a reforma da previdência aprovada pela Câmara de Vereadores da capital paulista na madrugada do último dia 11. O partido aponta no pedido dez artigos do texto aprovado que, na visão da sigla, são inconstitucionais.

No pedido, assinado pela equipe jurídica do mandato coletivo Bancada Feminista do PSOL, o partido pede a suspensão cautelar da reforma e afirma que ela "gera resultados nocivos no mundo real" e "tem potencial de causar danos ainda maiores do que qualquer outra norma municipal".

A aprovação da reforma foi marcada por manifestações contrárias e pelo embate entre servidores e a Guarda Civil Metropolitana. Para covereadora Silvia Ferraro, a reforma é ilegal e foi aprovada de maneira "tratorada e violenta".

PROMULGAÇÃO

A reforma da Previdência da Prefeitura de São Paulo foi promulgada nesta sexta-feira pelo presidente da Câmara, o vereador Milton Leite (DEM). Com isso, as novas regras para servidores da ativa e aposentados começam a valer em 120 dias.

O PLO (Projeto de Emenda à Lei Orgânica) 7 foi aprovado no último dia 11. Além do texto-base, sete emendas foram acatadas. Este tipo de projeto não precisa da sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que enviou a matéria ao Legislativo, em regime de urgência, em setembro.

Apelidada de Sampaprev 2, já que se trata da segunda reforma previdenciária na cidade de SP desde 2018, as mudanças desagradam os servidores. Eles avaliam que as mudanças retiram direitos e prejudicam a categoria. Uma das principais críticas é o "confisco das aposentadorias", ou seja, o fim da isenção de aposentados e pensionistas.

Os funcionários municipais chegaram a fazer greve entre os dias 15 de outubro e 10 de novembro com o objetivo de retirar o projeto da Câmara. Além disso, a categoria protestou semanalmente em frente ao prédio do Legislativo. Inclusive, no dia da votação, o ato acabou com confronto entre a GCM (Guarda Civil Metropolitana) e os manifestantes.

A prefeitura, por sua vez, defende que o projeto de lei reflete a preocupação com a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal e com a responsabilidade fiscal. Com as novas regras, o déficit estimado deve passar de R$ 171 bilhões para R$ 60 bilhões. Segundo a administração, a redução abre caminho para aumentar os níveis de investimento em áreas como Saúde e Educação.

Vale lembrar que junto com a reforma da Previdência municipal, a gestão de Ricardo Nunes também enviou um pacote de alterações na carreira dos servidores, cujos projetos já foram aprovados pelos vereadores nas semanas anteriores. O reajuste de 30% nos salários de comissionados, sistema de férias, diminuição das faltas abonadas e a criação de carreira para auxiliares foram algumas das mudanças.

TRANSPORTE

Estudantes poderão solicitar Bilhete Único partir de 3 janeiro

MARIANE RIBEIRO/FOLHAPRESS

A SPTrans anunciou que os estudantes de São Paulo poderão solicitar primeira ou segunda via do Bilhete Único Estudante para o ano letivo de 2022 a partir do dia 3 de janeiro.

Segundo a companhia, os estudantes que quiserem solicitar a primeira via ainda para 2021 terão até o dia 30 de novembro para entrar com o pedido. Se a necessidade for de emissão da segunda via, então o bilhete pode ser requerido até 31 de dezembro.

A Prefeitura de São Paulo alerta que a solicitação do Bilhete Único Estudante no final do ano letivo de 2021, sendo primeira ou segunda via, não isentará o aluno do pagamento da revalidação para ter direito ao benefício no ano de 2022.

Segundo a SPTrans, tanto para receber um novo cartão na instituição ou revalidar um cartão antigo, o estudante deverá pagar o valor de solicitação, que está disponível no site, nas máquinas de autoatendimento presentes em terminais de ônibus e em estações de metrô.

É possível ainda pagar o valor correspondente a 7 tarifas de ônibus em um posto de atendimento da SPTrans ou emitir um boleto e aguardar até três dias úteis, após o pagamento, para confirmação.

Para emitir a primeira via do Bilhete Único Estudante, é preciso se cadastrar no site da SPTrans, informar à sua unidade de ensino que deseja utilizar o bilhete, aguardar que a unidade encaminhe à SPTrans seus dados e então acompanhar a confirmação da sua matrícula pelo site.

A retirada da primeira via do cartão é feita na própria instituição de ensino. Caso o estudante queira receber o bilhete em outro endereço, essa especificação deve ser feita pelo site.

Aqueles que desejam solicitar uma segunda via, seguem caminho mais curto. Ela pode ser adquirida em 72 horas depois do registro de cancelamento do cartão anterior pela Central de Atendimento da Prefeitura, o 156. Após esse prazo, o estudante deve ir a um posto de atendimento da SPTrans levando um documento oficial com foto.

Para fazer a emissão da segunda via é necessário o pagamento de uma taxa de 7 tarifas de ônibus vigentes. Há também a opção de cancelar o cartão e retirar a segunda via diretamente em um posto da SPTrans. Segundo a SPTrans, os créditos podem ser comprados em diversos aplicativos para celular, na loja virtual da SPTrans, nas máquinas de autoatendimento instaladas em terminais de ônibus e estações do metrô e da CPTM, assim como em postos de atendimento da SPTrans.

Há ainda a possibilidade de recarregar o Bilhete por SMS, ligando para *32245 e efetuando um cadastro, e até pelo Facebook, por meio do assistente virtual Bipay.

METRÔ

Deputado evangélico faz Doria tirar totens sobre higiene do pênis

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

A gestão João Doria (PSDB) retirou das suas estações de metrô de São Paulo totens que tratavam da importância da higienização do pênis para a saúde.

Chamada de "Lave o Dito Cujo", a campanha está sendo realizada pelo Instituto Lado a Lado por ocasião do Novembro Azul, mês mundial de combate ao câncer de próstata.

O Brasil é um dos países com maior incidência de câncer de pênis no mundo. A doença tem uma grande prevalência em populações desassistidas, muitas vezes associadas a baixo nível de escolaridade, serviços precários de saneamento básico e pouco acesso a sistema de saúde eficiente.

O material foi retirado horas depois do deputado Tenente Nascimento (PSL) apresentar moção de repúdio ao material na Assembleia Legislativa de São Paulo. Evangélico, ele fala em afronta à família cristã.

Em nota, o governo fala que a campanha não condiz com suas diretrizes e não atende ao objetivo do Novembro Azul.

O parlamentar diz que fez contato com a Secretaria de Comunicação e com a presidência do Metrô na tarde de quinta-feira passada e que ambas se comprometeram a retirar o material, o que ocorreria horas depois.

Os totens, que estavam em diversas estações pela cidade, mostravam 40 ilustrações relacionadas ao pênis e continham a mensagem "a higienização correta pode salvar a sua vida".

Nascimento, que é evangélico, diz à reportagem que foi informado da campanha por um pastor que passou pela estação Vila Mariana do metrô.

"(A exposição do material na estação) é inadmissível sob a ótica cultural, educacional, social e religiosa, pois é uma afronta aos costumes e tradição da família brasileira", diz a moção do parlamentar.

"O cartaz é uma afronta. Os desenhos que lá estão são de baixo nível para estar em uma exposição pública. Nem em um museu você vai passar por isso. Passam crianças e todo mundo. Foi uma afronta à família cristã, ou melhor, ao povo. Não é uma questão de religião ou de ideologia", afirma Nascimento.

"Solicitei a retirada e fui prontamente atendido. E pedi também apuração dos responsáveis", completa.

A mortalidade por câncer de pênis no Brasil se manteve praticamente inalterada entre 2008 e 2018, segundo levantamento do hospital A.C. Camargo Câncer Center.

A média anual é de 400 óbitos. As biópsias utilizadas para o diagnóstico da doença, no entanto, diminuíram, dificultando o sucesso do tratamento.

INVESTSP

Governo libera mais de R$ 32 milhões para obras na região de Rio Preto

O Vice-Governador Rodrigo Garcia participou nesta sexta-feira do evento com empresários promovido pela InvestSP e da 10ª edição do Retoma SP, realizados em São José do Rio Preto. Em visita à cidade, Garcia anunciou recursos de mais de R$ 32 milhões destinados para a área da assistência social, em benefícios como o Bolsa do Povo, Vale Gás e SP Acolhe; qualificação profissional, geração de emprego, renda e microcrédito; realização de obras e melhorias na infraestrutura turística de cidades da região; abertura de novas unidades do Poupatempo; doação de viaturas para segurança no campo; e criação do Polo de Empregabilidade Inclusiva.

"Sabemos das dificuldades, que a vida não está fácil. O Retoma SP mostra para a população que o Governo de SP está disponível, dentro dos nossos esforços, para apoiar e ajudar a população vulnerável e também os empreendedores, que sofreram com a pandemia e precisam dessa ajuda para retomar suas atividades", afirmou Rodrigo Garcia.

O Retoma SP é uma ação promovida pelo Governo de SP em todo o estado que prevê a oferta de serviços de qualificação, emprego e renda para a população, além de ações de fomento a investimentos. Rodrigo Garcia assinou um termo de autorizo para liberação de um total de R$ 27 milhões em recursos dos programas que compõem o Retoma SP, entre eles, Bolsa do Povo Trabalho, Bolsa do Povo Novotec, Bolsa do Povo Empreendedor, microcrédito do Banco do Povo, vagas de qualificação no Empreenda Rápido, equipamentos de tecnologia e modernização da infraestrutura das ETECs e FATECs da região.

Como parte das ações do Retoma SP, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico realizou um mutirão de serviços gratuitos, com oferta de vagas de emprego, solicitação de documentos pelo Poupatempo Digital, orientação profissional para pessoas com deficiência, entre outros serviços, para apoiar toda população da região, principalmente os cidadãos que foram mais afetados pela pandemia da Covid-19.

BOLSA DO POVO

Durante o evento do Retoma SP, Garcia realizou a entrega, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, de mais de 200 cartões do programa Bolsa do Povo para beneficiários da região. O Bolsa do Povo, maior programa de proteção social da história de SP, operacionalizado pela Prodesp, reúne benefícios como o Vale Gás e o SP Acolhe.

Na região de São José do Rio Preto, mais de 11 mil famílias devem ser beneficiadas pelo Vale Gás e 532 benefícios do SP Acolhe serão concedidos. O Vale Gás garante a transferência de renda de R$ 300 a famílias em situação de vulnerabilidade social para a compra de botijão de gás de cozinha. Já o SP Acolhe é um benefício de R$ 1.800,00 pago a pessoas que perderam membros do núcleo familiar para a Covid-19.

NOVO POUPATEMPO

Os municípios de Guapiaçu, Monte Aprazível, Nova Granada, Santa Fé do Sul e Tanabi ganharão novos postos do Poupatempo, beneficiando cerca de 130 mil habitantes e um investimento total do Estado de R$ 650 mil. As futuras unidades de atendimento que, agora, saltam de 92 para 97 postos autorizados, fazem parte do plano de expansão do programa, que prevê instalações mais compactas e com foco no digital.

As futuras unidades são planejadas para funcionar em formato mais moderno e inteligente, com sistema Balcão Único e atendentes multitarefa. Cada uma delas terá investimento de R$ 130 mil pelo Estado, com capacidade para realizar cerca de 130 atendimentos por dia.

Os novos postos são implantados por meio de convênios entre os governos estadual e municipal, cabendo às prefeituras a participação nas indicações e escolhas dos locais e infraestrutura dos imóveis. A parceria permite ainda a inclusão de serviços municipais nos canais digitais do Poupatempo.

CIDADES TURÍSTICAS

Com recursos de mais de R$ 1,2 milhão do Governo do Estado, três municípios turísticos do noroeste do Estado de São Paulo realizaram obras e melhorias de infraestrutura, elevando a qualidade local aos turistas e moradores. Os recursos para a execução foram repassados pelo Departamento de Apoio do Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado.

Em Riolândia, cidade que cidade fica às margens do Rio Grande, divisa com Minas Gerais, foi feita a revitalização da Praia Municipal. Os R$ 495 mil do Estado e R$ 100 mil de contrapartida municipal, permitiram a delimitação da praia (cercamento), construção guaritas para maior segurança e também de quiosques.

Localizada na tríplice fronteira – São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – a cidade de Santa Clara D'Oeste recebeu recursos do Dadetur da ordem de R$ 396 mil, que foram aplicados em melhorias urbanas, como canteiros centrais, calçamento de vias, sarjetas e meios-fios (guias).

No município de Rubinéia, separada do Mato Grosso do Sul pelo Rio Paraná, as melhorias foram na área de lazer da Praia do Sol, no valor de R$ 285 mil para a construção de sanitários, quiosques com churrasqueira e infraestrutura de apoio, como pia, bancos e mesas.

Pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, foram assinados convênios do Programa Melhor Caminho com os municípios de Ariranha, Ipiguá, Mirassolândia e Santa Adélia. A iniciativa visa adequar e conservar as estradas rurais com ênfase à conservação do solo e água e, consequentemente, o desenvolvimento da zona rural e da agricultura.

LITORAL

Polícia Militar apreende ao menos 20 pássaros silvestres

Mais de 20 pássaros silvestres que eram mantidos em cárcere em Itanhaém, litoral sul de São Paulo, foram resgatados pela Polícia Militar na última terça-feira. O homem responsável pelas aves foi autuado e ainda recebeu uma multa de R$ 40 mil.

Foram resgatados nove Coleirinhos Papa Capim, cinco Canários da Terra, dois Trinca Ferro, um Coleirinho Baiano, um Azulão, um Sabiá Barranco e um Bigodinho, além de uma Cigarrinha e um Pixoxó, que estão na lista de animais ameaçados de extinção.

Além dos pássaros, ainda foram recolhidas 19 gaiolas. O morador, que não possuía documentação necessária para criação das aves, alegou que cria elas por domesticação e que desconhecia ter a necessidade de tal autorização.

As aves apreendidas foram encaminhadas ao Centro de Pesquisa e Triagem de Animais (Ceptas) São Judas, em Cubatão.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tel.: (11) 2655-1899

DocuSigned by: AUTÊNTICO Diário do Acionista 6BF767B5695F4B6...
20-nov-21 | 5:03 AM BRT
DS AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariodoacionista.com.br

CARA DO GOVERNO

TCU investigará anomalia no Enem e interferência no Inep

VINICIUS SASSINE/FOLHAPRESS

O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu um processo para investigar supostas irregularidades na organização do Enem em 2021; fragilidade técnica e administrativa na preparação das provas; e interferências na gestão do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pelo exame.

O órgão, vinculado ao MEC (Ministério da Educação), passa por uma crise na véspera da aplicação do Enem.

Uma debandada de servidores esvaziou postos-chave do Inep. Eles apontam assédio moral por parte da presidência do órgão.

Além disso, há suspeitas de interferência direta do governo Jair Bolsonaro no conteúdo das provas. O presidente chegou a afirmar que, agora, as provas começam a ter a "cara do governo".

A tentativa de interferência ideológica envolve uma gestão feita pelo próprio chefe do Executivo.

ISAC NÓBREGA/PR

Bolsonaro pediu ao ministro da Educação, Milton Ribeiro (**foto**), para que houvesse questões que tratassem o golpe militar de 1964 como uma revolução.

O presidente é um defensor da ditadura e já tentou reescrever a história em outros momentos. O golpe foi rememorado nos quartéis, em cerimônias oficiais, no primeiro ano do governo.

Segundo integrantes do governo, o pedido de Bolsonaro teria ocorrido no primeiro semestre do ano. O pleito não foi adiante porque os itens da prova passam por um longo processo de elaboração.

Na terça-feira passada, a presidente do TCU, ministra Ana Arraes, recebeu um grupo de deputados federais que apresentaram críticas à gestão do Inep. O presidente do Inep é Danilo Dupas Ribeiro.

As acusações feitas pelos parlamentares foram sistematizadas numa representação. No dia seguinte, o TCU abriu o processo, como faz em procedimentos do tipo.

Desde o início deste governo há pressão para que a prova elimine temas que Bolsonaro e apoiadores conservadores entendem como inadequados –ditadura, questões de gênero e racismo, entre eles.

A pressão ganhou proporções inéditas na gestão de Dupas Ribeiro à frente do Inep e de Milton Ribeiro no MEC. Ambos reforçaram recados e pressões: questões entendidas como subjetivas teriam de ser suprimidas.

Ao todo, 37 servidores do Inep entregaram cargos de chefia, diante da "fragilidade técnica e administrativa da atual gestão".

O MEC afirma que as saídas não têm relação com problemas na execução do Enem, mas com mudanças em pagamentos de gratificações, o que os servidores negam.

Oposição pede para MPF investigar Dupas em caso de visita de agente à sala segura

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

Os líderes dos partidos de oposição ao governo acionaram o Ministério Público Federal para que Danilo Dupas, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), seja investigado por possível improbidade ao colocar sob sigilo as informações sobre a visita de um policial federal à sala segura do órgão.

Dupas tornou secreto o processo interno sobre o documento no qual há a permissão para a entrada de um policial federal na sala onde exames como o Enem são elaborados.

Na representação encaminhada ao MPF, as lideranças afirmam que Dupas impôs sigilo sem justificativa aos documentos de interesse público.

No entendimento dos deputados, a ação pode configurar violação ao princípio constitucional da publicidade.

"O governo Bolsonaro banalizou o uso do sigilo de informações sensíveis com o intuito de esconder as suas mazelas. Foi assim com os cartões corporativos do Planalto, com os documentos de compra da Covaxin e com o valor de um cachê pago a um locutor amigo de Bolsonaro que protagonizou uma peça publicitária para o governo", diz Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição.

ORÇAMENTO SECRETO

PF pede abertura de investigação sobre verba de negociação política

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

A Polícia Federal solicitou ao STF (Supremo Tribunal Federal) a instauração de um inquérito para apurar se houve irregularidades no pagamento de emendas de relator a deputados e senadores.

A corporação afirmou à corte que considera necessário investigar se houve uso ilícito de dinheiro público no pagamento dessas verbas para compra de tratores e máquinas agrícolas.

A intenção da PF é identificar os autores das emendas e a forma como as verbas relacionadas a elas foram executadas.

O Supremo já apontou que falta transparência no pagamento dessas emendas e mandou suspendê-las. Inicialmente, a suspensão foi determinada pela ministra Rosa Weber e, depois, a decisão foi ratificada pelo plenário por 8 votos a 2.

No mesmo julgamento, o tribunal também mandou o Congresso dar ampla publicidade ao pagamento das emendas desta natureza relativas aos anos de 2020 e 2021.

A maioria do Supremo concordou com o voto da ministra. A magistrada afirmou que esses recursos controlados pelo relator-geral da lei orçamentária criam "um grupo privilegiado de parlamentares que poderá destinar volume maior de recursos a suas bases eleitorais".

A ministra disse ainda que falta transparência na destinação dessas emendas.

"Não há como saber quem são, de fato, os deputados federais e senadores da componentes desse grupo incógnito, pois a programação orçamentária utilizada por esse fim identifica apenas a figura do relator-geral", disse.

Essas emendas são usadas pelo governo em parceria com a cúpula do Congresso para beneficiar parlamentares aliados e construir maiorias em votações de interesse do Executivo.

Às vésperas da votação em primeiro turno da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios, também chamada de PEC do Calote, por exemplo, o governo empenhou quase R$ 1 bilhão em emendas de relator. O empenho é a primeira fase do processo para o dinheiro chegar nas bases eleitorais.

Essa proposta permite a expansão de gastos públicos e viabiliza a ampliação do Auxílio Brasil prometido pelo presidente Jair Bolsonaro em ano eleitoral.

Enquanto as emendas estão suspensas, o governo e líderes do Congresso tentam buscar meios para que o Supremo destrave o pagamento dessas verbas.

AKROÁ-GAMELA

Indígenas do Maranhão denunciam Polícia Militar por prisão ilegal

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Polícia Militar do Maranhão prendeu quatro índios da etnia Akroá-Gamela na quinta-feira passada, acusados de fazerem funcionários da empresa de energia elétrica Equatorial Energia e dois policiais militares reféns, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

A Equatorial Energia informou, por meio de nota, que seus funcionários trabalhavam na construção da Linha de Distribuição LD Miranda, que corta o território ocupado pelos akroá-gamela, quando foram abordados por um grupo de índios que exigiam a imediata paralisação do serviço. A companhia disse que, diante da situação, enviou para o local, na manhã de ontem, um grupo de negociadores encarregados de agendar uma reunião com representantes das comunidades indígenas.

"(Foi então que) os indígenas se exaltaram, mantiveram todos reféns por algumas horas, tomaram as armas dos policiais que foram chamados para tentar controlar a situação e atearam fogo nos veículos da concessionária. Um reforço foi solicitado e os reféns foram libertados sem ferimentos", diz a nota.

Já as lideranças da Terra Indígena Taquaritiua acusam os policiais de deterem, com violência, indígenas que protestavam contra a ação da companhia energética em território indígena.

Os akroá-gamela disseram ainda que foram atacados por "jagunços" que, segundo eles, teriam se apresentado como policiais à paisana. Em relato a missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), indígenas contaram que, ainda na tarde de quarta-feira (17), a comunidade foi surpreendida pela chegada, hostil e sem aviso prévio, de funcionários da Equatorial acompanhados por homens armados.

A tensão aumentou na manhã de quinta-feira, quando indígenas questionaram a presença do grupo. A partir daí, as versões apresentadas por indígenas e autoridades estaduais se contradizem.

A Secretaria Estadual de Segurança Pública disse que a Polícia Militar foi acionada depois que os indígenas já tinham queimado veículos da Equatorial e feito funcionários da empresa de reféns. Informou ainda que, ao chegarem no local, dois PMs também foram feitos reféns e tiveram suas armas subtraídas.

MG

Aos 93 anos, idoso é resgatado de trabalho análogo à escravidão

Um homem de 93 anos submetido à condição análoga à de escravo foi resgatado na quinta-feira passada por auditores-fiscais da SRTb/MG (Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais). Ele trabalhava em um sítio na zona rural de São João Del Rei (MG).

De acordo com a fiscalização, ele exercia havia 26 anos a função de caseiro em um sítio, sem carteira assinada, férias e 13º salário, sendo que a casa fornecida pelos patrões estava em péssimas condições, com o telhado quebrado, a varanda a ponto de desabar, os forros apodrecidos e as fiações elétricas expostas e cheias de gambiarras.

A ação contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal.

"A esposa do trabalhador disse durante a ação fiscal que era necessário desligar o relógio de luz quando chovia para evitar o risco de choques elétricos, ficando o casal, portanto, molhado, com frio e no escuro. A família tentava, em vão, evitar as goteiras colando fita crepe no forro", disse o auditor Luciano Rezende.

Além disso, os auditores constataram que a descarga do vaso sanitário não funcionava havia muitos anos, obrigando a família a usar baldes. No local também não havia pia para lavar as mãos. O casal usava uma vasilha para fazer as necessidades dentro do quarto.

"O trabalhador idoso era obrigado a dormir em um quarto com goteiras e janela sem vidro, por onde poderiam entrar insetos e animais peçonhentos da zona rural e que sujeitava o empregado às intempéries -vento, frio e chuva- em região de clima frio", completou Rezende.

Para os auditores, "o padrão dos demais imóveis do empregador na propriedade contrasta com a casa do caseiro, mantido por 26 anos em uma situação degradante".

Os auditores-fiscais do Trabalho determinaram o encerramento imediato do contrato, a regularização do registro do empregado e o pagamento dos direitos negados desde o início do trabalho por parte do empregador, que não teve a identidade divulgada.

Foram lavrados 12 autos de infração e o empregador foi notificado para recolher o FGTS devido ao trabalhador. O idoso e a esposa foram levados para a casa de familiares.

AFIPE

PF pede prisão de padre Robson ao STJ

A Polícia Federal enviou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) pedido de prisão do padre Robson de Oliveira, investigado por suspeita de desvio de dinheiro da Afipe (Associação Filhos do Pai Eterno), em Goiás. O religioso era reitor do Santuário Divino Pai Eterno, principal ponto de peregrinação de católicos no estado.

De acordo com as investigações, as associações criadas pelo religioso movimentaram mais de R$ 100 bilhões em doações de fiéis. Os valores deveriam ter sido usados na construção da nova Basílica de Trindade, a maior do estado goiano. Porém, como dinheiro, entre outras coisas, o padre teria comprado fazendas, casa na praia e até um avião, segundo o Ministério Público de Goiás.

A informação do pedido de prisão foi confirmada pela defesa de Robson, que destacou que os fatos usados para fazer o pedido são antigos e que não há justificativa para a prisão. Religioso era investigado por desvio de dinheiro da Afipe. O caso está sob responsabilidade do ministro-relator Benedito Gonçalves. O STJ não informou se há definição sobre o acolhimento do pedido.

"A defesa compreende que a representação padece da falta de consistência jurídica, pois os fatos invocados são antigos e já foram inclusive divulgados pela mídia. Não há nada que justifique essa pretensão. Por hora a defesa expressa sua confiança no Poder Judiciário. Não estamos nem sequer preparando o habeas corpus preventivo -entraremos com habeas corpus caso sejamos surpreendidos com o deferimento", afirmou a defesa.

A motivação do pedido de prisão foi um áudio anexado ao processo que indicaria compra de sentença favorável ao religioso na Justiça de Goiás. A investigação contra o padre Robson de Oliveira começou quando ele era reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno. Após a divulgação desses áudios, toda investigação foi encaminhada para o STJ.

Em outubro de 2020, a Justiça determinou que as investigações fossem interrompidas. Após recursos, o caso foi para o STJ, que em maio deste ano, manteve a investigação bloqueada. À época, o desembargador Olindo Menezes considerou que as provas usadas pelo Ministério Público durante a operação foram compartilhadas de maneira ilegal de outra apuração.

O Ministério Público informou que o julgamento ainda está pendente e que a legalidade ou não das provas obtidas ainda não foi analisada. "O objeto de recurso é a tipicidade/atipicidade dos fatos (se há crime ou não há praticado por Robson e os demais)", diz.

A denúncia é decorrente da Operação Vendilhões, que cumpriu mandados em agosto de 2020 para apurar os desvios. Robson e outras 17 pessoas foram denunciadas por organização criminosa, apropriação indébita, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro doado por fiéis.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21)

3556-3030

96865-1628

DocuSigned by:
AUTÊNTICO Diário do Acionista
6BF767B5695F4B6...

20-nov-21 | 5:03 AM BRT

DS
AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

PRIMAVERA: Chuvoso durante o dia e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** 24º 19º 90% 05:00 18:17

ASSASSINO CONTUMAZ

Ex-PM que matou juíza Patrícia Acioli tem nova condenação

O ex-policial militar Sammy dos Santos Quintanilha foi condenado a 30 anos de prisão e a 4 de reclusão, em regime inicialmente fechado, além de multa, pelos crimes de fraude processual e homicídio, agravados por motivo torpe e emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima. Ele é um dos condenados pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, ocorrido em agosto de 2011.

O caso julgado na quarta-feira passada foi o da morte do jovem Diego da Conceição Beliene, de 18 anos, que tinha deficiência mental, ocorrido em 2010. Na sentença, a juíza presidente do 1º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, Tula Corrêa de Mello, apontou que o homicídio ocorreu por "justiçamento", praticado no exercício da função do policial militar.

"Ao contrário, se valeu da farda e armas do Estado para se unir ao grupo de ações táticas, grupo organizado criminalmente para praticar atos de execução, extorsão, extermínio e satisfação de interesses pessoais e vantagens", apontou a magistrada.

Outro acusado no processo, Jovanis Falcão Junior, também condenado pelo homicídio de Acioli, foi absolvido pelo 1º Tribunal do Júri. Até o momento da sessão plenária, os policiais acusavam o jovem assassinado de ser traficante e de estar armado.

De acordo com a sentença, o desdobramento da morte do jovem teria sido o estopim para a execução de Patrícia Acioli, crime que ocorreu horas após a decretação de prisão preventiva dos acusados pelo homicídio de Diego. A juíza Tula destacou que as atividades de "criminosos infiltrados na segurança pública do Estado não são estranhas aos presentes autos", com os policiais tentando "se sobrepor à força da Justiça".

"Prepararam uma emboscada e executaram com 21 tiros a juíza Patrícia Acioli na equivocada crença de que o Poder Judiciário recuaria da tutela dos direitos humanos que a magistrada promoveu até sua última decisão -a da prisão preventiva de todos os acusados neste feito. Ignorava, contudo, que não faltarão no Estado do Rio de Janeiro juízas que não se acovardam, honram sua toga e seguirão dignificando a atividade jurisdicional em decisões firmes prolatadas não apenas em nome da juíza Patrícia Acioli, mas, principalmente, em nome da Justiça." A juíza negou o direito do condenado recorrer em liberdade.

EUA

Júri inocenta jovem que matou 2 em ato antirracista

O jovem branco de 18 anos que atirou em três homens e matou dois deles durante uma manifestação antirracista em Kenosha, nos EUA, em agosto de 2020, foi considerado inocente de todas as acusações pelo júri nesta sexta-feira.

Kyle Rittenhouse foi julgado por ter atirado com um fuzil AR-15 em Joseph Rosenbaum, Anthony Huber e Gaige Grosskreutz –os dois primeiros morreram em decorrência dos ferimentos. À época, ele tinha 17 anos.

O julgamento –que opôs o argumento da promotoria de que Rittenhouse atirou de forma imprudente nos homens à afirmação do adolescente de que ele agiu em legítima defesa– polarizou a América, expondo feridas abertas na sociedade americana em torno de questões controversas como direitos às armas.

Após mais de três dias de deliberações, o júri de 12 integrantes anunciou na tarde desta sexta o veredito do caso. Ele foi inocentado de duas acusações de homicídio, uma de tentativa de homicídio e duas de ameaça à segurança pública.

Os atos em Kenosha, em Wisconsin, começaram após Jacob Blake, um homem negro, ser baleado pelas costas por um agente branco durante uma abordagem policial dois dias antes, em uma ação filmada por testemunhas. Três meses antes, George Floyd havia sido assassinado por um outro policial branco.

Rittenhouse morava em Antioch, no estado de Illinois, a cerca de 33 km de Kenosha. Ele cruzou a divisa até o estado vizinho em resposta ao chamado de grupos civis, formados majoritariamente por pessoas brancas, que se organizaram nas redes sociais para convocar ativistas contrários à pauta dos protestos.

Esses grupos alegavam proteger propriedades de saques e depredações durante as manifestações. Rittenhouse estava armado com um fuzil AR-15. Imagens gravadas por testemunhas registraram o momento em que manifestantes tentaram desarmá-lo após ele atirar em um deles. O adolescente então fez disparos à queima-roupa contra seus perseguidores, o que resultou em duas mortes.

Ao fazer sua defesa no tribunal, na última quarta-feira, Rittenhouse chorou copiosamente. Segundo ele, os assassinatos foram um ato de legítima defesa. Ele disse que havia sido ameaçado duas vezes de morte por Joseph Rosenbaum, 36, e que estava em meio ao ato para proteger uma concessionária de carros usados junto com outros homens armados.

O acusado também afirmou seu objetivo era oferecer ajuda médica a feridos –ainda que estivesse com um fuzil AR-15, de porte proibido para menores de 18 anos em Wisconsin. Questionado, ele respondeu que havia levado a arma para a sua proteção.

No entanto, para o promotor, o réu "estava procurando emoção" e "sabia que haveria violência naquela noite". Ele afirmou que o acusado "causou o incidente" e que, de acordo com a lei vigente no estado de Wisconsin, "não se pode reivindicar legítima defesa contra um perigo que você próprio cria"

Um vídeo exibido na corte mostrou o momento em que Rittenhouse atirou quatro vezes em Rosenbaum. Na cena, é possível ver que, na hora dos tiros, o acusado era seguido pelo manifestante antirracista, mas, conforme noticiou o canal NBC News, o especialista forense Doug Kelley afirmou ao tribunal ter concluído que Rosenbaum não era uma ameaça naquele momento.

No final de outubro, o juiz do condado de Kenosha, Bruce Schroeder, determinou que a acusação não poderia se referir aos baleados como vítimas, porque, em sua visão, o termo está carregado de pré-julgamento.

Em contrapartida, o promotor Thomas Binger pediu que a defesa de Rittenhouse também fosse proibida de descrever Rosenbaum, Huber e Grosskreutz como "desordeiros, saqueadores ou incendiários".

Para ele, os termos são tão ou mais carregados de juízo de valor do que "vítimas" e deveriam ser banidos, porque não há evidências de que os baleados estavam cometendo crimes quando foram atingidos.

O juiz Schroeder negou o pedido, mas condicionou o uso dos adjetivos considerados pejorativos à apresentação de elementos que comprovassem as afirmações dos advogados do réu.

ERRO JUDICIAL

'Negro' mais velho e mais alto que suspeito é preso com base em foto 3 x 4

ARTUR RODRIGUES/FOLHPRESS

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro e a família do trabalhador portuário Alberto Meyrelles de Santa Anna Júnior, 39, tentam provar que ele foi preso de forma injusta na quarta-feira passada, após a Justiça aceitar a denúncia apresentada pelo Ministério Público.

Alberto, que é negro, foi reconhecido como autor de um roubo por uma mulher. A identificação se deu com base numa foto três por quatro de sua carteira de habilitação, tirada há cerca de 20 anos.

Como a Folha mostrou na série de reportagens Inocentes Presos, esse procedimento de reconhecimento costuma levar a inúmeras prisões injustas no Brasil, principalmente de pessoas negras.

Familiares de Alberto dizem não ter dúvidas de que sua prisão engorda a estatística de erros judiciais. Segundo eles contam, Alberto teve o carro e documentos roubados em 2019 e, dois dias depois, registrou boletim de ocorrência. Só que seus documentos acabaram sendo encontrados em um veículo roubado. A foto de sua carteira de habilitação foi apresentada a uma vítima dos criminosos, que o reconheceu.

"Ele foi roubado, logo depois os bandidos cometeram outros crimes. Com isso, a carteira ficou no carro, ele teve o mandado de busca e foi preso na quarta, sendo que meu irmão é inocente", disse Augusto Meyrelles, 30. "Esse processo é todo errado, a forma como ele foi preso, a forma que não informaram ele para se apresentar de forma amigável, sem que ele fosse ser preso", diz. A própria polícia do Rio enviou nota à Folha dizendo que a orientação é que os reconhecimentos não sejam os únicos fatores levados em conta. O criminoso descrito inicialmente seria uma pessoa negra, com 1,70m e idade entre 25 e 30 anos. Alberto é mais velho e, segundo familiares, tem 1,80m de altura De acordo com Augusto, seu irmão teve três pedidos de habeas corpus negados e a juíza disse que Alberto "era um bandido insistente e de alta periculosidade, e por isso ele deveria ficar preso".

Familiares de Alberto protestaram nesta sexta-feira contra a prisão dele. À tarde, deve haver uma audiência de custódia do caso, em que será pedida sua soltura.

De acordo com o Código de Processo penal, para o reconhecimento, após a descrição do criminoso pela vítima, é necessário formar um grupo de pessoas comprovadamente não ligadas ao caso e parecidas com o suspeito, de modo que ele não se destaque. É o que os especialistas costumam descrever como alinhamento justo.

Caso contrário, se uma foto é apresentada de maneira incorreta à vítima, isso pode induzi-la a erros. Questionada sobre o assunto, a Polícia Civil do Rio disse que "o reconhecimento fotográfico aconteceu na gestão passada da Secretaria de Estado de Polícia Civil".

"O inquérito foi encaminhado à Justiça, que decretou a prisão do homem. A atual gestão da Sepol orientou, desde outubro de 2020, que os delegados não usem apenas o reconhecimento fotográfico como única prova em inquéritos policiais para pedir a prisão de suspeitos. A instituição informa que o método, que é aceito pela Justiça, é um instrumento importante para o início de uma investigação, mas deve ser ratificado por outras provas técnicas", diz a polícia em nota.

INVESTIMENTOS

Câmara aprova pacote social e ambiental de US$ 1,8 tri de Biden

RAFAEL BALAGO/FOLHAPRESS

A Câmara dos Representantes dos EUA aprovou na manhã desta sexta-feira o pacote de investimentos sociais e ambientais proposto pelo governo de Joe Biden. O plano, que prevê ao todo US$ 1,85 trilhão (R$ 10,30 trilhões) em gastos, ainda precisa ser aprovado no Senado, onde poderá sofrer alterações.

Como comparação, o PIB (produto interno bruto) do Brasil em dólares foi de US$ 1,44 trilhão em 2020.

A votação estava prevista para a noite de quinta, mas foi adiada porque o representante Kevin McCarthy, líder dos republicanos na Câmara, fez um discurso de oito horas e meia, em uma manobra para dificultar o avanço da proposta. Ele começou a falar por volta de 20h30 (22h30 em Brasília) e deixou o microfone só pouco depois das 5h de sexta.

Os representantes fizeram uma pausa depois disso, voltaram a se reunir às 8h, e aprovaram o pacote às 9h46. A medida teve 220 votos a favor e 213 contra. Apenas um democrata se colocou contra a medida, e nenhum republicano a apoiou.

Apelidado de BBB (Build Back Better), o pacote aprovado na Câmara é parte da principal agenda de Biden nesse início de governo: aumentar os gastos públicos para gerar empregos, baixar o custo de vida da classe média e tornar os EUA mais competitivos no cenário global. O texto também visa ajudar a reduzir a desigualdade social, um dos temas da campanha eleitoral democrata em 2020.

A outra metade dessa agenda, um pacote de US$ 1,2 trilhão (R$ 6,68 trilhões) de gastos em infraestrutura, foi aprovada no começo de novembro e sancionada na segunda-feira passada. Os dois planos são o maior conjunto de investimentos federais na área social e na estrutura do país em ao menos 50 anos.

"Temos um Build Back Better que é histórico, transformador e maior do que qualquer coisa que tivemos antes. Se você é um pai ou mãe, um idoso, uma criança, um trabalhador, se você é um americano, essa lei é para você", disse Nancy Pelosi, presidente da Câmara, antes da votação.

O avanço desta quinta sinaliza ainda uma distensão nos impasses internos entre os democratas, que paralisaram o avanço das propostas de Biden por meses. Parlamentares moderados (que queriam menos gastos públicos) e progressistas (defensores de programas mais ambiciosos) tiveram dificuldade em chegar a um meio-termo.

Essas discussões relativizam também o tamanho da vitória de Biden na Câmara: o pacote aprovado, afinal, é bem menor do que o previsto inicialmente, da ordem de US$ 3,5 trilhões -o corte foi feito para atender a demandas de congressistas mais ao centro. E a questão só estará encerrada quando o texto for aprovado no Senado.

A versão atual do BBB prevê ao todo US$ 1,75 trilhão em investimentos sociais e ambientais e mais US$ 100 bilhões para gastos relacionados à imigração. Do total inicial, US$ 555 bilhões serão destinados ao combate às mudanças climáticas, como incentivos para fontes de energia menos poluentes (veja o detalhamento dos pacotes ao final deste texto).

Na parte social, haverá US$ 400 bilhões para a universalização do acesso à pré-escola para crianças de três e quatro anos de idade e ampliação do acesso infantil a planos de saúde. A medida deve beneficiar 6 milhões de famílias e ajudar as mulheres a terem mais tempo livre para trabalhar e estudar, uma vez que o alto custo da educação infantil faz com que muitas mães tenham de ficar em casa cuidando dos filhos.

O pacote também destinará verbas para ampliar o acesso a atendimento médico e moradia para americanos de baixa renda.

Para custear os novos gastos, o governo propôs adotar um imposto mínimo de 15% sobre lucros de grandes corporações, uma taxa de 1% sobre a recompra de ações feitas pela própria empresa que as emitiu e penalidades para multinacionais americanas que moveram suas sedes para paraísos fiscais.

O plano também prevê aumentar em cinco pontos percentuais o imposto sobre rendimentos pessoais acima de US$ 10 milhões por ano e em mais três pontos percentuais para quem ganha acima de US$ 25 milhões.

Com isso, a expectativa é arrecadar US$ 640 bilhões a mais dos indivíduos muito ricos e US$ 814 bilhões das corporações, entre 2022 e 2031, segundo estimativa da Comissão de Impostos do Congresso.

A Casa Branca defendia que o BBB não afetaria a dívida pública, mas um relatório da Comissão de Orçamento da Câmara, divulgado na quinta, estima que ele gerará um déficit de US$ 367 bilhões nas contas federais nos próximos dez anos. Após a divulgação do relatório, a gestão Biden reafirmou que o aumento do déficit não ocorrerá, e que a comissão não levou em conta as futuras medidas do governo para reforçar o combate à sonegação.

Biden defende também que os pacotes são uma forma de baixar a inflação. Em outubro, a alta de preços nos últimos 12 meses atingiu 6,2%. A expectativa do governo é que as medidas reduzirão gastos para famílias pobres e de classe media, ao subsidiar gastos do dia a dia. E que as novas despesas não gerarão desequilíbrio nas contas públicas por serem custeadas por novos impostos.

O presidente espera que a ampliação do acesso à pré-escola faça com que mais mulheres possam voltar a trabalhar, já que muitas não o fazem por não terem onde deixar os filhos. Assim, haveria mais gente disponível para preencher as vagas abertas no país.

CRISE DIPLOMÁTICA

Polônia acusa Belarus de levar centenas de imigrantes de caminhão de volta à fronteira

A Polônia acusou Belarus nesta sexta-feira de levar centenas de imigrantes de caminhão de volta à fronteira e de incentivá-los a tentar cruzá-la ilegalmente poucas horas depois de esvaziar campos na divisa.

A acusação polonesa leva a crer que uma mudança de atitude aparente de Belarus nesta semana não resolveu a crise na fronteira.

Governos europeus acusam Belarus de transportar milhares de imigrantes do Oriente Médio de avião e os induzir a tentar cruzar a fronteira ilegalmente. Acredita-se que cerca de 10 imigrantes já morreram por causa do frio. Belarus nega fomentar a crise deliberadamente.

As autoridades bielorrussas desmontaram na quinta-feira passada os principais campos, onde milhares de pessoas se reuniam junto à fronteira polonesa. Centenas de iraquianos também foram enviados de volta para casa no primeiro voo de repatriação de Minsk em meses.

Mas a porta-voz da Guarda de Fronteira polonesa, Anna Michalska, disse que até a noite de quinta-feira as autoridades de Belarus já estavam levando centenas de imigrantes de caminhão de volta e forçando-os a tentar a travessia no escuro.

"(Os bielorrussos) Estavam trazendo mais imigrantes ao local onde houve uma tentativa forçada de cruzar. No começo, havia 100 pessoas, mas depois o lado bielorrusso trouxe mais pessoas em caminhões. Aí havia 500 pessoas".

Menos pessoas estão atravessando a fronteira, mas alguns grupos grandes às vezes são muito agressivos, disse ela em uma coletiva de imprensa.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628 (11) 2655-1899

DocuSigned by: AUTÊNTICO Diário do Acionista 6BF767B5695F4B6...

DS AUTENTICIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariodoacionista.com.br